

PEDAGOGOS E A INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR NO SUL DA BAHIA

Genigleide Santos da Hora¹.

Jean Santos Cafeseiro².

RESUMO: *A prática de Pesquisa-Ação-Colaborativa de alunos graduandos do 6.^o semestre, do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UESC (2008), na comunidade do Salobrinho, Ilhéus-BA. A partir da disciplina Educação Inclusiva, tem por objetivo disseminar a inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (N.E.E.) no ensino regular. As ações realizadas simultaneamente nas três Escolas Municipais do Ensino Fundamental, com a temática: Incluindo as diferenças no ensino regular. Mobilizações articuladas entre universidade e escolas públicas, sob os aportes teóricos e práticos da inclusão. Contamos com os referenciais, como: Colli (2005); Mizukami (2003); André (2001) e Lüdke (2001a, 2001b); Carvalho (2005), Mantoan (2006), Marques (2001), Fonseca (1995), Ferreira (2003), além de apontar os dispositivos legais, como: LDB, Leis n.º 9.394/96; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial (1998), Declaração de Salamanca (1994) etc. Tivemos como abordagem metodológica a Pesquisa-Ação-Colaborativa, de caráter investigativo e interventivo; tentativa de estabelecer relações de aprendizagem de ambas as partes. Isso porque, consideramos o significado das instituições públicas tanto das Universidades quanto das Escolas, campos de igual relevância nas contribuições sociais e nos estabelecimentos das trocas e saberes científicos.*

Palavras-chave: Formação Docente; Educação Inclusiva; Ensino Superior.

CONTEXTUALIZANDO PROCESSOS: O ESTUDO DESENVOLVIDO.

O presente trabalho é fruto de nossas reflexões, indagações e intervenções nas escolas públicas próxima da UESC; sobretudo, evidenciar mediações docentes do Ensino Superior, a partir de Pesquisas-Ação-Colaborativas nas comunidades escolares da Educação Básica. Nesse conjunto de produções evidenciaremos ações supervisionadas de alunos graduandos do 6.^o semestre, do Curso de Licenciatura em Pedagogia das Séries Iniciais e do Ensino Fundamental, vinculados ao DCIE/PROGRAD/UESC; especialmente, a partir da disciplina Educação Inclusiva, com a perspectiva de verificar e disseminar a inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (N.E.E.) no ensino regular.

Aqui, ressaltaremos experiências vivenciadas durante o segundo semestre do ano letivo de 2007; cuja disciplina, código: CIE – 198; carga horária de 75h (02 créditos teóricos e 01 prático); ações desenvolvidas em parceria com os alunos de Pedagogia, nas escolas públicas dos municípios de origem: Buerarema, Itabuna, Ilhéus, Itajuípe e Ubaitaba. E, teve como proposta de ementa: Estuda a inclusão do sujeito com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) e sua relação com o contexto de aprendizagem escolar no ensino regular; Analisa a complexidade histórica, as concepções, características e tendências da inclusão educativa no contexto atual brasileiro; Discute aspectos da formação docente, acessibilidade, implementação e ação das políticas inclusivas no atendimento de alunos com NEE.

¹ Egresso da Universidade Católica do Salvador- UCSal. Estudante de Pós-Graduação da UESC. E-mail: gshora@terra.com.br

² Pós-Graduada do Curso de Psicopedagogia Clínica, Institucional e Hospitalar; da Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia (FACCEBA); Colaboradora Voluntária Pesquisa TEIAS/UESC. E-mail: jeancafeseiro@ig.com.br

Cuja finalidade, se desdobrou em: conhecer aspectos relevantes da fundamentação teórica inclusiva; verificar *in lócus* o atendimento de crianças com NEE das escolas públicas com perspectivas inclusivas e órgãos afins; Delinear a produção de Projeto de Ensino e Extensão Acadêmica: Incluindo as Diferenças no Ensino Regular; e Disseminar a temática: Educação Inclusiva nas escolas públicas, a partir de ações que contemplem os três segmentos da comunidade escolar (professores, alunos e pais). Após compartilharmos a proposta inicial da referida disciplina, apresentada através da exposição oral do Plano de Curso; desenvolvemos as 04 primeiras aulas com subsídios teóricos, através da exposição dialogada: a complexidade histórica, as concepções e embasamento legais das Políticas Inclusivas.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n.º 9.394/96) veio subsidiar uma ação educativa compromissada com a formação de cidadãos, mostrando que a Educação Especial é parte integrante da Educação Geral, adotando o princípio da inclusão. Esse princípio defende que “o ensino seja ministrado a todas as crianças, jovens adultos com necessidades educativas especiais preferencialmente no sistema comum de educação”.

Em seguida, elegemos 10 livros [os quais subsidiam esse referido texto] de temáticas inclusivas: com o objetivo dos alunos resenharem por equipe e, conseqüentemente, fundamentarem as posteriores ações observacionais e das intervenções do Projeto de Extensão Acadêmica.

Após o embasamento teórico, os mesmos foram instrumentalizados elaborarem um roteiro de itens a serem observados nas escolas públicas em grupo, para que se aproximassem do contextualizassem conforme a realidade de cada escola visitada, mas com um olhar diferenciado, com o olhar inclusivo. A partir daí, pudessem entrevistar a equipe responsável da escola, através do levantamento: número de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), o grau de acessibilidade do espaço físico, formação docente, a metodologia utilizada pela escola etc. Além de verificar como ocorre nessas escolas o processo de inclusão educativa?

Após orientação prévia dos aspectos de visitação e levantamento de dados definidos em plenária; o passo seguinte, após visitação, apresentação dos Relatórios Observacional. Os alunos visualizaram na escola: a riqueza de detalhes, como um diagnóstico prévio e estabeleceram discussões em sala de aula. Os quais, alguns deles, serão destacados nesse texto. Nesse ínterim, os alunos, se disponibilizaram intervir nas referidas escolas (sendo que apenas 02 delas não aceitaram), a partir do “Projeto de Extensão Acadêmica: Incluindo as Diferenças no Ensino Regular” – estes, elaborados, sob a orientação e acompanhamento da professora da disciplina Educação Inclusiva. Ciente de que é preciso, conscientizar e mobilizar opiniões a favor da inclusão:

O movimento de inclusão escolar vem incentivando a adoção e reformas educacionais voltada para a melhora da qualidade e da equidade do setor educacional, o que significa oferecer oportunidades educacionais de qualidade para todos. Sendo a escola, portanto, o espaço social da criança. (COLLI, 2005, p.36).

Além do mais, as atividades observacionais geraram nos graduandos confrontos teóricos como espaços propulsores da Pesquisa-Ação-Colaborativa; campos de possibilidades de ação

conjunta entre discente e docente do ensino superior da UESC, junto as escolas municipais do ensino regular, espaços potenciais de aprendizagens em prol da formação consciente de seu papel inclusivo.

Nesse sentido o autor acima, também afirma: “a inclusão passou a ser palavra de ordem política e social, [...] escola tem que receber crianças com todos os tipos de dificuldade” (p.134). [...] Acredita que a troca de experiência e a interlocução ajudam os professores a refletirem sobre a educação e os problemas das crianças. Ressaltando a importância do giro discursivo, pois favorece uma desconstrução, professor o reformula para assumir uma nova posição.

Afinal, não é possível observar ou medir um objeto sem intervir nele, ou seja, o que conhecemos do real é a nossa intervenção nele (SOUSA SANTOS, 1988). Para tanto, o conhecimento não se dá apenas na base de uma construção cognitiva. Ele depende de uma experiência vital entre dois sujeitos, que pode dar um "algo a mais", um colorido ou uma experiência de prazer ao processo educativo.

Isso porque, consideramos o significado das instituições públicas tanto das Universidades quanto das Escolas; campos de igual relevância nas contribuições sociais e nos estabelecimentos das trocas e de saberes científicos. As quais exigem uma estreita proximidade aos problemas sociais. Sendo que as Universidades se encontram em situação favorável aos estudos e, especialmente, ligados aos desafios de estratégias, do fazer docente e de conhecimentos relativos às temáticas de incluir os sujeitos com NEE no ensino regular.

Para tanto, as diretrizes pedagógicas consultadas, “a criança é concebida como um ser humano completo que, embora em processo de desenvolvimento e, portanto, dependente do adulto para sua sobrevivência e crescimento, não é apenas um 'vir a ser'. Ela é um ser ativo e capaz, motivado pela necessidade de ampliar seus conhecimentos e experiências e de alcançar progressivos graus de autonomia frente às condições de seu meio” (BRASIL, 1994, p.16).

Assim sendo, a educação passa a ser uma prática social, cuja participação diz respeito a toda a sociedade. O ensino deixa de ser uma prática unicamente pedagógica e pode ser compreendido como um encontro entre sujeitos reais e, apenas, não ideais. Através de uma comunicação vital, o conhecimento passa a ser construído e compartilhado. Afinal, o mundo contemporâneo nos mostra a diversidade, a convivência com a diferença, não mais como fenômeno de exclusão e sim como complementaridade.

Estado da Arte: Pesquisa Colaborativa.

Cabe à Universidade, o sentido de uma aproximação mais estreita com os campos de ações como das escolas públicas na realização de ações significativas, além das pesquisas de laboratórios e, “que tomem o trabalho do professor e a reflexão sobre o mesmo, como objeto de análise conjunta dos pesquisadores e dos professores da escola” (MIZUKAMI, 2003). Estes, representados na pluralidade de abordagens e métodos que caracterizam o fazer ciência e ser profissional.

Nessa tentativa de parceria, procuramos reconhecer os espaços de pesquisa, significar e verificar no espaço escolar o veículo de construção e transmissão de uma cultura, de saberes científico, universal, de visões de mundo e de ensino qualificado. Enfim, que propicie a

formação integral da personalidade dos indivíduos como sujeitos da história. Esse movimento do exercício, da integração e da valorização da pesquisa com responsabilidade conjunta e da relação professor-pesquisador fundamentados nas reflexões de práticas inclusivas.

O crescimento estabelecido na produção científica do nosso cotidiano docente pode e devem ser valorizadas, a partir das suas riquezas de significados, análises e de sínteses; que se aprofundam considerando os velhos e os novos aspectos em relação à temática inclusiva, se fazem necessárias tirar das gavetas os ranços e encarar os avanços da história. Conforme André (2001) e Lüdke (2001a, 2001b):

O conhecimento que nasce da pesquisa é realmente diferente no seu grau de formalização, sistematização e até de organização de seu processo construtivo, mas diz respeito e alimenta-se do conhecimento do exercício e da prática.

Por outro lado, desenvolver uma produção científica de trabalhos na sala de aula do ensino superior e, estabelecer um espaço de aprendizagem significativa nas relações cotidianas entre professor/aluno na escola, os futuros professores de Pedagogia tiveram oportunidade de confrontar a teoria e a prática, perceber as dificuldades relativas às práticas pedagógicas da inclusão de alunos com NEE nas escolas de ensino regular.

RELATÓRIOS: INVENTARIANDO DADOS

Para tanto, durante todo o processo de pesquisa, os alunos foram orientados, tanto na identificação e das análises dos dados quanto na construção textual de cada etapa da proposta de intervenção. Vale salientar, para as análises dos dados, foram compartilhados com os grupos: livros, revistas, periódicos e indicação de site; além de serem incentivados a buscarem outras literaturas, para que os mesmos pudessem ir ampliando o campo de ação e da percepção com relação à temática a ser investigada.

Nos relatos sobre as observações, contidas nos referidos relatórios, *in lócus* constatou-se escolas, com cerca de 48% de infra-estrutura inadequadas para o atendimentos das crianças NEE, especialmente: salas de aula pequenas, as quais não comportavam números excessivos de alunos. Ainda assim, 35% das escolas apresentavam acessibilidade inadequada (escadas, banheiros, portas e pisos irregulares, imobiliários quebrados etc.).

Assim sendo, as situações em que os estudantes de Pedagogia da UESC se envolveram, foram momento de significativos de interação, de aprendizado e de socialização. Todos referentes ao tema Educação Inclusiva, os quais evidenciaram um grande interesse dos professores. Embora muitos evidenciassem o despreparo da formação inclusiva, ficando responsável com o maior percentual, cerca de 83%; sendo que destes, os 38% dos professores, ainda, não apresentam a devida formação do ensino superior completo.

Algumas das propostas para o caminho de uma escola inclusiva passam pela igualdade de oportunidades para o sucesso educativo, conforme Carvalho (2005, p.29): pela valorização profissional dos professores (por meio de ajuda e estímulos); pelo trabalho de equipe; pelas adaptações curriculares, capazes de assegurar o domínio das matérias curriculares, promovendo-se a igualdade de oportunidades para o sucesso educativo.

No entanto, o que se constata “[...] é que, nem sempre, são oferecidas as condições necessárias para o desenvolvimento das potencialidades, o que seria a melhor forma de autorizarmos a diferença no nosso convívio cotidiano” (Idem, p.44). Nos diversos graus de ensino regular, a inclusão das Necessidades Educacionais Especiais, sua efetivação tem encontrado as mesmas resistências, às vezes veladas, nas artimanhas técnico-político – “não estamos preparados”, “é preciso aprofundar mais a discussão” etc. – às vezes explícita, na denúncia de sua legitimidade e dos riscos de sua manipulação “perseguidora-clientelista” (ROMAO, 1998, p.05).

“Nas entrevistas realizadas 73% dos alunos de Pedagogia destacaram que muitas dificuldades referentes ao processo de ensino-aprendizagem, segundo afirmam os docentes educação básica entrevistados, deixariam de existir caso os mesmos fossem preparados quanto ao conhecimento básico das limitações de aprendizagem, de metodologias e estratégias adequadas, sobretudo no processo avaliativo. Bem como se a instituição dispusesse de incluir além da formação adequada, os materiais e estruturas de apoio necessário para atender suas especificidades”.

Nessas ocasiões, fortaleceram-se a convicção da necessidade de participação dos agentes escolares no processo da gestão democrática, validando as ações da diversidade nesses espaços, incluindo-se nela a negociação socializada das questões de ordem política, econômica, cultural, pedagógicas e inclusivas adequadas. Por tudo isso, a abrangência e a complexidade dos assuntos abordados, resolvemos destacar neste trabalho a pesquisa colaborativa, não só por sua relevância social, pelas razões já apontadas, como também em função de uma demanda reiterativa que tem chegado a Universidade demandas das escolas públicas decorrente da inclusão das NEE e, também, das demais questões que facilitam à aprendizagem humana.

No entanto, vale considerar, o conhecimento do professor, o conhecimento profissional, sendo marcado como conhecimento prático ou da práxis, se for prática consciente, refletida e analisada, só se constitui em conhecimento, se for alimentado pelo conhecimento teorizante. Tratando-se de um fenômeno social e histórico, a educação deve unir conhecimentos e experiências e resgate da criança e do professor como seres humanos únicos e desejantes em sua totalidade real da ação coletiva.

Nesse sentido, o envolvimento dos profissionais das escolas públicas em projetos de pesquisa-ação e pesquisa colaborativa é amplamente indicado por Zeichner; Pereira (2005) como possibilidade não só de superação da hierarquia, mas como contribuições à educação como à transformação social, a partir das aproximações de possíveis alianças das escolas e universidades em discussões e projetos de pesquisa – campo infundável de conhecimentos.

A fundamentação e a compreensão das pesquisas colaborativas residem basicamente da ação compartilhada caracterizada pela dimensão institucional e relacional; ou seja, a primeira se volta para negociação da academia e o espaço escolar, ambos criando condições para o trabalho. A segunda se refere à relação de cumplicidade entre professores e pesquisadores e ao fortalecimento da identidade e da autoformação de ambos.

A prática efetiva dessa parceria na elaboração e no desenvolvimento da pesquisa podendo permitir a incorporação de outros conhecimentos ou dimensões dos conhecimentos científicos na

prática dos professores em serviço. Vale salientar, os recursos de nosso trabalho vinculado à pesquisa, pois aparecem como aspecto fundamental por auxiliar-nos a enfrentar esses desafios docente, verificando no cotidiano o seu próprio desenvolvimento profissional.

Nosso estudo aponta e discute aspectos básicos da complexa relação entre a temática NEE no ensino regular e, de modo especial, como vem sendo encarada, analisada o conceito, a definição da Inclusão e da contribuição da pesquisa, que o futuro professor de Pedagogia da educação básica tem que procurar realizar no seu cotidiano.

Em relação à abordagem metodológica, os indicadores apontaram o modelo construtivo-colaborativo, mesclando ao mesmo tempo estratégias de ação, troca de idéias ao longo do processo investigativo, de modo a “oferecer respostas ao problema de pesquisa e informações necessárias para processos de tomada de decisão inerentes à pesquisa (MUZIKAMI, Idem, p.123).

Resgatamos aqui um dos aspectos recorrentes de nossa prática a importância em relação ao envolvimento dos professores-alunos em práticas colaborativas entre si e como próprio pesquisador, a partir da socialização de conhecimentos. Destacamos de uma forma geral, a temática dependia da necessidade dos professores e do grau de confiança estabelecido com os professores-alunos, aos quais apontamos alguns desses aspectos comuns socializados nas diversas temáticas/estudos.

Questões vividas pelos professores-alunos – desde revelações pessoais relativos às suas descrenças da inclusão no ensino regular, as angústias, os medos e as conquistas em relação ao seu trabalho docente; ou mesmo, em relação aos seus aspectos procedimentais práticos da sala de aula e, aos processos, problemas e resultados dos trabalhos alcançados junto aos alunos com NEE. Além do mais, os professores, a partir dessa pesquisa/intervenção dos professores-alunos, sob orientação do professor da disciplina, facilitou conscientizarem-se do que já faziam; e, também, reconheceram de que necessitavam realizar mudanças em seu trabalho docente e que, este, implicaria mudanças em sua visão de aluno e de profissional.

Embora reconhecessem, também, suas limitações em relação ao desenvolvimento das aulas e de conhecimento dos conteúdos e da diferença e do distanciamento entre o discurso e a prática inclusora. O processo de socialização de atividades aos segmentos pais, alunos e professores de escolas públicas do ensino regular permitiram que mergulhassem o olhar sobre si mesmo e sobre as suas ações e seu trabalho.

Nesse aspecto, conforme relato dos grupos, as repercussões dos atores escolares, passaram a pensar criticamente as próprias queixas, assumindo responsabilidades de forma coletiva em seus discursos; incluíram a inclusão das NEE como prática cotidiana na sala de aula; a concepção da inclusão das diferenças em sala de aula passou a ser encarada como desafiadora e motivadora; manutenção do compromisso inclusivo com o encaminhamento das ações pedagógicas necessárias à superação das dificuldades de aprendizagem identificadas.

Cabe salientar, também foram apontadas manifestações de resistências ao processo de socialização das temáticas inclusivas nas pesquisas analisadas: dificuldades de compreensão em relação ao objetivo do projeto de pesquisa e em relação à abordagem metodológica; dificuldades

de pensar coletivamente; dúvidas em relação ao tema pesquisado e diferenças de ordem pessoal entre os professores.

As atividades práticas foram desenvolvidas por 38 alunos do turno matutino e 35 do noturno, redistribuídas em 07 equipes de cada turno. Por fim, as equipes chamam atenção para a necessidade de entender o significado de educação e inclusão democrática e voltada ao desenvolvimento das potencialidades e habilidades da criança e não apenas para as suas impossibilidades.

Vale ressaltar que alguns grupos confeccionaram crachás, folder, certificado etc. Utilizaram dos recursos pedagógicos como: plano de aula para cada ação docente, cartazes, slides, filmes educativos, atividades lúdicas que representassem à temática inclusão. Atingiram um público alvo da educação básica, cerca de 1.200 pessoas entre professores, alunos, pais e comunidade em geral. Esse nosso Projeto de Ensino e Extensão Acadêmica: Incluindo as Diferenças no Ensino Regular serviu como ações socializadoras de: Seminários, Palestras, Fantoche, Dedoche, Oficinas, Ações Inclusiva Recreativa e Caminhada.

Os grupos apresentaram as suas respectivas atividades em sala de aula, através de slides, com registros fotográficos, interações finais da disciplina Educação Inclusiva, as quais merecem destaque de alguns significados das ações por eles realizadas e discutidas e ressignificadas:

“Parecem-nos Professora que o papel da escola inclusiva é o de promover toda essa interação, discussão e reflexão, até porque o sujeito com NEE busca através de seu desenvolvimento especial o exercício de sua cidadania [...]”.

Outro grupo enfoca a importância de:

“Capacitar não só o professor que tem a função de mediar o conhecimento como também de todos os funcionários, cada um exercendo seu papel da melhor maneira possível além de adequar o espaço físico da instituição [...]”.

É preciso que a instituição exerça a reflexão e a investigação de suas ações:

“Os professores destacaram muitas dificuldades referentes ao processo de ensino e aprendizagem e acreditam que deixariam de existir caso fossem instrumentalizados através de metodologias e procedimentos adequados, sobretudo no processo avaliativo, bem como se a instituição dispusesse de materiais e estruturas de apoio necessário para atender suas especificidades”.

Foram citados três pontos considerados importantes, por um dos grupos:

“A necessidade da comunidade universitária, os quais englobam: professores, alunos e pessoal técnico-administrativo, conhecer mais sobre essa temática; as barreiras arquitetônicas; a criação de programas de apoios ou de um grupo de profissionais das várias áreas de conhecimento que assessorar esses alunos que aqui se encontrarem nas instituições do ensino superior”.

Por fim, os alunos pontuaram fatores imprescindíveis como: ter clareza e segurança; lutar pela educação democrática inclusiva, não só das NEE, incluir todos, independente de cor raça, gênero religião e/ou diferença, têm direito a educação de qualidade. Ressaltaram a importância

de formar parceria com as famílias; ter noção de ajustamento e reabilitação; bem como desenvolver a escutar etc.

Concluimos que o profissional da educação, assim como pedagogo precisa renovar, a cada dia, as suas esperanças, em prol de uma sociedade igualitária e mais justa. Afirmam que qualquer profissional tem a condição de realizar alguma coisa para incluir o indivíduo conforme sua capacidade, ritmo de vencer os obstáculos, superando os conceitos apresentados por esta sociedade que se julga perfeita e normal. Além de que a Educação Inclusiva só será alcançada quando todos estiverem preparados para receber esses seres e quando as pessoas que se propõe a trabalhá-los, realmente façam de coração.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fátima. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio.** RJaneiro: Wak 2005

ANDRÉ, M.E.D.A. O papel da pesquisa na articulação entre saber e prática docente. *In: CLAVES, S.M. & TIBALLI, E.F. Anais do VII ENDIPE.* Vol II, Goiânia, 1994.

_____. **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores.** Campinas: Papyrus, 2001.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e Avaliação na escola: De alunos com necessidades educacionais especiais/ Hugo Otto Beyer.** – Porto Alegre: Mediação, 2005.128p.

BRASIL, Ministério Público Federal. Procuradoria Federal Direitos do Cidadão. **O Acesso de pessoas com deficiência às classes e escolas da rede regular de ensino.** Brasília, 2003.

BRASIL, Ministério da Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica/Secretaria de Educação Especial.** Brasília: MEC; SEESP, 2001. 79 p.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil,** Brasília, MEC/SEF, 1998.

BRASIL/MEC/SEF/COEDI, **Política Nacional, de Educação Infantil,** Brasília, 1994.

_____. **Por uma Política de Formação Profissional de Educação Infantil,** Brasília, 1994.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,** Lei nº 9.394, Brasília, Saraiva, 1996.

COLLI, Fernando A. Galvão. (Org.). **Travessias inclusão escolar: a experiência do Grupo Ponte Pré-escola Terapêutica Lugar de Vida.** São Paulo: Casa Psicólogo, 2005.

CORRER, Rinaldo. **Deficiência e inclusão social: construindo uma nova comunidade.** Bauru, SP: EDUSC, 2003.

Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas [Coord.] Júlio G. Aquino. – São Paulo: Summus, 1998. 215 p.

CARVALHO, Rosita E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”.** Rosita Edler Carvalho. – Porto Alegre: Mediação, 2004.176 p.

LÜDKE, M. A complexa relação entre o professor e a pesquisa. *In: ANDRÉ, M.(org.) O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores.* Campinas: Papyrus, 2001a.

_____. **O professor e a pesquisa** (org.) Campinas: Papirus, 2001b.

MIZUKAMI, M.G.N. **Escola e aprendizagem da docência**. São Carlo, INEP, 2003.

Políticas e práticas de educação inclusiva / Maria Cecília R. de Góes; Adriana Lia F. Laplane [Org.]. – Campina, SP: Autores Associados, 2004. – (Coleção Educação Contemporânea). 165 p.

RIBEIRO, Maria L. S.; CARVALHO, R.C. R. B. de (Orgs). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003. 191p.

SIMÃO, Antoniette. **Inclusão: educação especial – educação essencial**. S. Paulo: Livro Pronto, 2004.

Travessias inclusão escolar: a experiência do grupo ponte Pré-escola Terapêutica Lugar de vida. / Organizador Fernando Anthero G. Colli. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997. 176 p.

SOUSA SANTOS, Boaventura de, **Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna, Estudos Avançados**, USP, São Paulo, vol. 2, nº 2, maio/agosto- 1988, p. 46-71